



**SindBancários**  
PETRÓPOLIS/RJ

**Dia a Dia**

www.sindbancariospetropolis.com.br

**CUT** BRASIL **CONTRAF**

**SEJA  
SÓCIO  
VOCÊ  
TAMBÉM**

Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários  
e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242.0673 | 2231.2281

 /SindBancariosPetropolis

sindbancariospetropolis@gmail.com

**Ano XX nº 5083 – 18 maio de 2015**

## **Contraf-CUT acompanha primeiro debate sobre PL da Terceirização no Senado**

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realizou na quinta-feira passada (14/05) uma audiência que debateu "A Lei Áurea, a terceirização e o combate ao trabalho escravo". O auditório Petrônio Portela ficou lotado de trabalhadores e movimentos sociais contrários ao PLC 30/15, enviado pela Câmara, que amplia a terceirização.

Representantes da Anamatra, MPT, MTE, OAB e CONADE também fizeram duras críticas à proposta e salientaram de que forma o projeto precariza as relações de trabalho no Brasil.

O presidente da CUT, Vagner Freitas, ressaltou na audiência que o PLC é uma revogação da CLT. "O texto inteiro é uma catástrofe para a classe trabalhadora. Nem o regime militar tentou revogar a CLT, que é o que esse projeto faz.

O representante do Ministério Público do Trabalho, Helder Amorim, "garantiu que liberar as atividades-fim para as empresas seria inconstitucional, impondo a lógica da escravidão nas relações trabalhistas".

Renan Calheiros, presidente do Senado, afirmou no primeiro debate sobre o tema, que o Senado não deverá trabalhar com a mesma filosofia da proposta como foi votada pela Câmara, liberando a terceirização nas atividades-fim das empresas. "Precisamos tirar a terceirização da zona cinzenta em que se encontra, mas sem revogar qualquer direito dos trabalhadores", disse o senador.

Paulo Paim (PT-RS), presidente da Comissão do Senado, lembrou que pesquisas de opinião já mostram que cerca de 90% da população é contrária à proposta e lamentou que alguns setores ligados ao sindicalismo estejam apoiando o projeto. "Estamos esperando que vocês reflitam melhor sobre a posição que tomaram, estamos aguardando. Cerca de 80% dos casos de acidentes no trabalho envolvem terceirizados. Quem tem compromisso com a classe trabalhadora não pode apoiar isso", afirmou.

O Senado realizará amanhã (19/05), uma sessão temática em Plenário sobre a proposta. A sessão será aberta para a participação da sociedade.

## **Portabilidade de crédito consignado lidera queixas contra bancos**



A recusa de promover a portabilidade de operações de crédito consignado foi o principal motivo de reclamações contra bancos registradas em abril junto ao Banco Central (BC). De um total de 2.935 queixas feitas no mês passado, 849 (29,8%) foram sobre esse motivo. O Bradesco respondeu por 511 (60,1%) reclamações por recusa injustificada de portabilidade. Isso contribuiu para que o banco privado liderasse o ranking das instituições financeiras de grande porte com mais reclamações em abril.

O segundo maior motivo de reclamação no mês passado foi a ocorrência de irregularidades relativas à integridade, confiabilidade, segurança, ao sigilo ou a legitimidade das operações, com 438 queixas. Na terceira posição, estava o débito em conta não autorizado pelo cliente, com 174 reclamações. A insatisfação com respostas às reclamações e a cobrança de tarifas por serviços não contratados ocuparam o quarto e o quinto lugar, respectivamente, com 121 e 108 queixas registradas no BC, em abril.

Além do Bradesco, encabeçam a lista de insatisfação o HSBC (com clientela superior a 2 milhões), em segundo lugar; a Caixa Econômica Federal, em terceiro; o Santander, em quarto e o Banco do Brasil, em quinto. A posição dos bancos no ranking não é definida pela superioridade numérica de reclamações, mas por um índice que aponta o número de reclamações que a instituição recebeu no mês para cada 1 milhão de clientes.

De acordo com a norma do BC, as instituições reclamadas devem encaminhar resposta ao interessado em até dez dias úteis.

Recebida a resposta, o BC verifica se há indício de descumprimento de dispositivos legais ou regulamentares cuja fiscalização seja de sua responsabilidade.

As reclamações com indícios de irregularidades não afastados pelos argumentos contidos na resposta do banco são utilizadas na formação do ranking. Além disso, segundo o BC, o descumprimento de normas e regulamentos sujeita a instituição financeira em questão às penalidades previstas na legislação, como advertência e multa.

## **Bancos privados elevam taxas de juros para imóveis e reduzem limites**

Após os anúncios das mudanças no financiamento imobiliário da Caixa Econômica Federal e do banco do Brasil (BB), desde o mês passado, as instituições privadas também decidiram tornar mais restritas as condições para o crédito. No último dia 7, dois dias depois da alta de juros do BB, o Bradesco elevou a taxa de juros de balcão - uma espécie de taxa padrão, que pode ser negociada - de 9,6% para 9,8% ao ano: um reajuste de 2%. O Santander subiu a taxa de 9,6% para 10,1% ao ano, segundo o jornal "Folha de S. Paulo". O reajuste representa uma alta de 5,2%.

O Itaú Unibanco não informou sobre aumento de juros, mas afirmou que, desde a última terça-feira, reduziu o limite de financiamento imobiliário - tanto pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH), para imóveis de até R\$ 750 mil, quanto pelo Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), para os acima de R\$ 750 mil - de 80% para 70%.

Os demais bancos privados e o Banco do Brasil continuam com o teto de financiamento de 80%. A Caixa tem o mesmo percentual, exceto para imóveis usados que valem acima de R\$ 190 mil, que só podem ter até 50% do valor financiado.

A elevação das taxas pelos bancos privados já era esperada pelo setor imobiliário, uma vez que eles costumam acompanhar o movimento feito pelas instituições públicas. Além disso, a inflação mais alta e as recentes elevações da Selic, a taxa básica de juros da economia do país, incentivam o aumento dos juros porque, com o crédito mais caro, cresce o risco de inadimplência.

Hoje (18/05) já começa a valer a nova taxa de juros nos empréstimos imobiliários do BB, de 10,4% ao ano. A tarifa era de 9,9%.